

A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

Resumo – Arcabouço fundamental à estruturação da sociedade rio-grandina, a presença lusitana deitou profundas raízes sobre a evolução e as diversas conjunturas históricas da cidade do Rio Grande. Na virada do século XIX, a colônia portuguesa buscava demarcar sua identidade, inclusive por meio da imprensa, através da qual se pode observar alguns fragmentos das vivências cotidianas e das relações sociais, econômicas e político-ideológicas desta população. O estudo destes fragmentos constitui-se no objetivo desta pesquisa.

Abstract – The Portuguese presence spread deep roots within the evolution and the history of the city of Rio Grande. It was a fundamental framework to the shape of the society in this city. In the end of the XIXth century and beginning of the XXth, the Portuguese colony intended to remark its identity, including by means of Press, which show some fragments of the daily life and of the social, economical and political-ideological relations of these people. The study on these fragments is the objective of this research.

Palavras-chave: Colonização portuguesa. Portugueses no Rio Grande. Imprensa lusitana.

Key words: Portuguese colony. Portuguese people in Rio Grande. Portuguese Press.

Uma introdução à imigração portuguesa para o Rio Grande

O estudo do processo de imigração e colonização no contexto sul-rio-grandense constitui-se num fenômeno fundamental a uma melhor compreensão da evolução histórica da Província/Estado, uma vez que este se tornou um elemento constitutivo que alterou significativamente a conjuntura sócio-econômica, político-ideológica e ins-

* Professor de História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História do Brasil – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

titucional do Rio Grande do Sul. Neste sentido, as pesquisas sobre a imigração/colonização tornaram-se cada vez mais freqüentes nos trabalhos sobre a história gaúcha, surgindo um representativo manancial de informações sobre o assunto, bem como as mais diferentes abordagens a respeito do tema, o qual foi analisado pelos mais variados prismas, tendo em vista os diferentes arcabouços teóricos e metodológicos utilizados na implementação destes estudos; deste modo, nas últimas décadas, a historiografia rio-grandense-do-sul tem sido cada vez mais prolífica em abordar as raízes da colonização e o papel do imigrante na estruturação da sociedade da mais meridional das unidades do Brasil.

Desde as formas mais tradicionais de abordagem histórica até as mais diversas visões revisionistas que intentaram rebater e/ou complementar as asserções por aquelas realizadas, as várias tendências historiográficas que se dedicaram a estudar o processo de imigração/colonização no Rio Grande do Sul deram uma ênfase primordial a dois dos contingentes de imigrantes – os alemães e os italianos. Assim, no contexto dos estudos sobre os estrangeiros em terras gaúchas, num verdadeiro mar de trabalhos que se destinaram a descrever/interpretar o conteúdo histórico da imigração ítalo-germânica, as pesquisas sobre outros grupos representaram quase que algumas poucas e isoladas ilhas. Nesta linha, a imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul promovida nas últimas décadas do século XIX e primórdios da centúria seguinte, consiste-se num tema que pequena recorrência teve na historiografia gaúcha.

Não se pode negligenciar que boa parte da historiografia sul-rio-grandense é calcada na asseveração do predomínio da influência luso-brasileira na formação histórica gaúcha. Porém este trabalho de plasmar uma identidade lusitana e brasileira para o Rio Grande do Sul, prendeu-se muito mais ao papel exercido pelos portugueses, e principalmente açorianos, nos primórdios da ocupação do sul, mormente à época colonial, de modo que o contingente luso, para estes historiadores, aparece como um elemento legitimador de uma identidade nacional do Rio Grande do Sul para com o conjunto da sociedade da América Portuguesa. Nesta linha, até mesmo estes trabalhos, mais ligados à historiografia tradicional, que privilegiam a atuação lusitana na evolução da comunidade gaúcha, não dedicam, em seus estudos sobre a imigração, maior espaço a compreender historicamente o fenômeno social da imigração portuguesa para o Brasil Meridional, já ao final do Império e nos primeiros anos da República. Um

dos grandes entraves a estes estudos se dá exatamente a partir do fato de que diversos destes historiadores sequer chegaram a reconhecer no português, o caráter de imigrante estrangeiro, de maneira que, no projeto de cristalizar uma identidade única ao “povo” gaúcho, onde prevalecesse a homogeneidade e não as diferenças, a construção desta identidade e a aplicabilidade de um processo de assimilação foi ainda mais fácil quando se referiu ao contingente lusitano¹.

Apesar destas carências no campo da historiografia, a imigração portuguesa também teve seu papel de relevância na edificação da história brasileira, rio-grandense e rio-grandina da virada do século XIX. A imigração consistiu-se num fenômeno inerente à sociedade lusitana, de modo que “desde a época das descobertas marítimas, a emigração portuguesa tornou-se constante no tempo e universal no espaço”², sendo comum a saída de “vagas sucessivas de portugueses” para diferentes regiões, em especial para o Brasil, “país que, durante séculos, constituiu o primeiro destino daquela corrente migratória”³. Esta tendência migratória da população lusitana, pode ser evidenciada a partir de dados comparativos da emigração oficial portuguesa entre as três últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do XX. De acordo com essas estatísticas, a emigração entre 1885 e 1894 foi 55,26% mais alta que a do período entre 1875 e 1884; já, entre 1905 e 1914, o número de emigrantes oficiais foi 92,55% superior ao da década entre 1895 e 1904; dados extremamente significativos, ainda mais que nos mesmos não se encontram incluídos os números referentes à emigração clandestina⁴.

O Brasil foi o destino de representativa parte deste contingente migratório português. O fluxo de imigrantes lusos para o terri-

¹ Segundo Dante de Laytano, “o estudo da emigração dos portugueses para o Rio Grande do Sul, constitui um problema que exige serena e meditada interpretação, pois a tese defendida é aquela que em absoluto admite ser a gente lusitana estrangeira no Brasil”. LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Editora Regional, 1958. v. 5. p. 117.

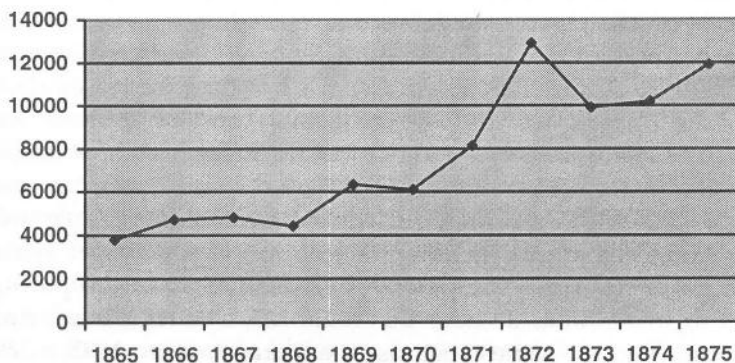
² ALPALHÃO, João António & ROSA, Victor M. Pereira. *Da emigração à aculturação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983. p. 295.

³ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & ARROTEIA, Jorge. *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1984. p. 9.

⁴ Dados obtidos a partir de: ALPALHÃO & ROSA. p. 299.

tório brasileiro teve uma tendência de crescimento praticamente contínuo, como pode ser exemplificado a partir do próximo gráfico que demonstra a quantidade de imigrantes que chegaram ao Brasil através do porto do Rio de Janeiro, entre as décadas de sessenta e setenta:

Gráfico 1: Número de imigrantes portugueses que entraram no porto do Rio de Janeiro entre 1865 e 1875⁵



Esta quantidade de imigrantes entrados no Brasil passaria por incremento ainda maior a partir da década de oitenta, mormente, a partir da abolição da escravatura, quando, por exemplo, no ano de 1888, aquele índice alcançou o quantitativo de 18.289 imigrantes⁶. Estes portugueses vinham buscar novas oportunidades de vida e serviriam para prover parte das carências de mão-de-obra no Brasil, como explica o geógrafo Élisée Reclus, referindo-se ao período de transição da Monarquia à República: "Até recente data, conservou Portugal papel preponderante na antiga colônia, não pela sua literatura nem pela indústria ou pelo comércio, mas sim pelos seus trabalhadores imigrados"; e prossegue o autor: "todos os anos vinham milhares de indivíduos, quase todos no vigor da idade, das margens do Douro e do Minho, da Madeira e dos Açores, reforçar o elemento lu-

⁵ Elaborado segundo os dados citados por: SERRÃO, Joel. Brasil - Portugal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico - declínio e queda do Império*. 2.ed. São Paulo, DIFEL, 1974. v.6. p. 209.

⁶ SERRÃO. p. 210.

sitânico nas cidades e nas roças do Brasil”⁷. As intenções destes imigrantes estavam, em geral, ligadas à “concepção de ‘enriquecer’ e retornar a Portugal”, embora este retorno nem sempre tenha sido possível, até mesmo em relação “aqueles poucos que atingem a meta da ‘independência econômica’”⁸. Neste sentido, o Brasil absorvia parte dos excedentes demográficos lusos, tendo em vista a “insuficiência de salários”, o “predomínio das atividades primárias” e “a lenta evolução das secundárias”, entre outros fatores que redundaram num quadro de dificuldades para a população portuguesa, levando parte da mesma a ver na emigração uma possível solução⁹.

No Rio Grande do Sul, a imigração portuguesa, nas últimas décadas do século XIX, foi razoavelmente significativa. Dante de Laytano cita que, embora o índice de portugueses que se direcionaram às terras gaúchas não fosse o mais expressivo em relação ao contingente total que adentrava ao Brasil, entre 1886 e 1912, dezenas de lusitanos vieram, anualmente para o território rio-grandense, com destaque para os anos de 1887, 1888, 1889, 1891, 1895, 1896, 1904, 1906 e entre 1908 e 1912 quando a quantidade de imigrantes portugueses atingiu de uma a três centenas de pessoas. De acordo com o autor, a cidade do Rio Grande foi um dos destinos preferenciais desta onda migratória, constituindo-se esta comunidade num “vasto centro da colônia portuguesa, quer no tempo do Império, quer no tempo da República”¹⁰. O ano de 1867 pode ser citado como exemplo da importância numérica da imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul, uma vez que a mesma só foi superada pelo contingente germânico, se forem somadas as quantidades de imigrantes provenientes dos diferentes estados alemães, como observa-se a partir do seguinte gráfico:

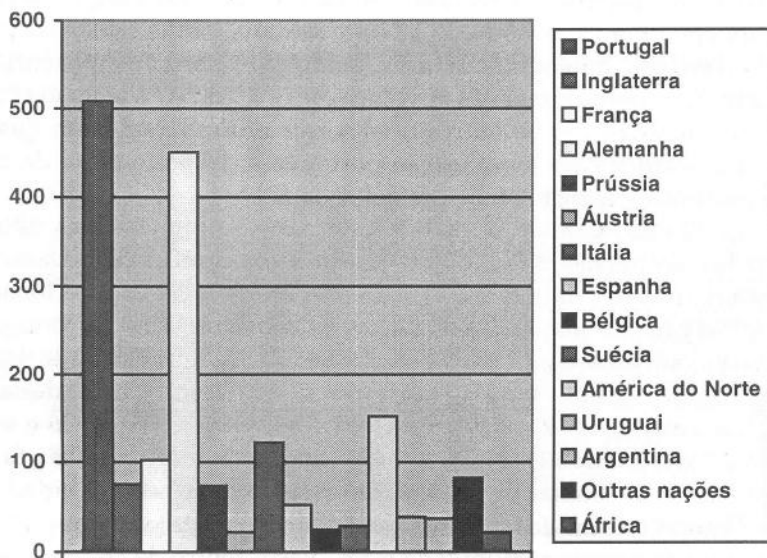
⁷ RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geografia, etnografia, estatística*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. p. 22.

⁸ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990. p. 86.

⁹ SERRÃO. p. 210-11. Também sobre as causas da emigração portuguesa, embora os autores se refiram a conjunturas espaço-temporais diferenciadas, ver: ALPALHÃO & ROSA. p. 307-12.

¹⁰ LAYTANO. p. 126 e 151.

Gráfico 2: Número de estrangeiros entrados na Província de São Pedro do Sul, por procedência, no ano de 1867¹¹

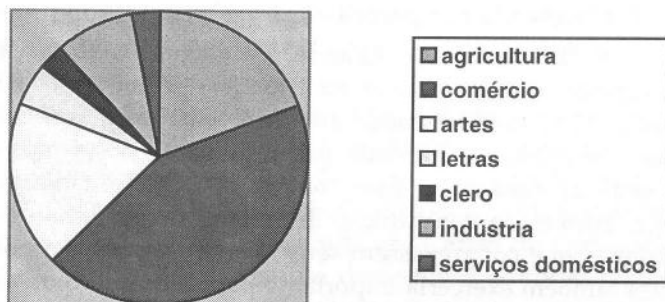


Apesar de se dedicarem às mais diversas funções, a grande preponderância quanto à ocupação dos imigrantes portugueses deu-se principalmente em relação às atividades comerciais. Entre outras profissões, uma quantidade significativa de imigrantes lusos dedicou-se ao trabalho operário na ascendente indústria gaúcha, ou ainda empregaram-se como artífices, mas foi no comércio que se concentraram as preferências, secundadas pela opção pela agricultura, chegando a constituir-se importante núcleo populacional ao redor das atividades agrícolas¹². Esta concentração dos portugueses na agricultura e, principalmente, no comércio podem ser observadas, tomando-se mais uma vez o ano de 1867 como exemplo, a partir do próximo gráfico:

¹¹ Elaborado segundo os dados citados por: LAYTANO, p. 129.

¹² A este respeito, Oscar Ramos afirma: "A Ilha dos Marinheiros, geralmente conhecida no município do Rio Grande, colonizada por elementos portugueses, tornou-se um núcleo colonial de grande valor econômico do Estado". RAMOS, Oscar de Oliveira. *Colonização no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1939. p. 21.

Gráfico 3: Profissões a que se dedicaram os imigrantes portugueses entrados no Rio Grande do Sul em 1867 (em %)¹³



Este contingente populacional lusitano que veio para o Rio Grande do Sul e, em boa parte, concentrou-se na cidade do Rio Grande, ocupando-se prioritariamente nas lides do comércio, desenvolveu, ao longo do período entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos da centúria seguinte, uma série de atividades que visaram manter uma certa integração entre os imigrantes, aproximando-os por interesses e/ou laços culturais em comum, buscando garantir a manutenção de uma certa identidade deste mesmo grupo. A tendência à coesão interna e diferenciação em relação ao conjunto da população, em oposição a uma homogeneização e assimilação das populações de imigrantes foi uma dicotomia que marcou a sociedade gaúcha de origem estrangeira como um todo naquela época, com uma predominância cada vez maior da assimilação, com o perpassar das décadas do século XX, e os portugueses foram atingidos ainda com maior intensidade por este processo, tendo em vista que nem mesmo a língua ou a religião serviriam como elementos de discrepância, e, ao contrário, eram fatores de aproximação. Mesmo assim, até a virada do século XIX, os lusos atuaram diretamente na construção de uma iden-

¹³ Elaborado segundo os dados citados por: LAYTANO. p. 129.

tidade própria, se não excludente, ao menos demarcando uma certa intenção pré-concebida de manterem demarcadas as suas raízes lusitanas e a imprensa seria um dos principais veículos de propagação desse sentimento.

Identidade e imprensa

A cidade do Rio Grande, de origens e formação histórica portuguesas, constituindo-se, inclusive, no primeiro núcleo de povoação oficial lusa no Rio Grande do Sul, teve também uma das suas mais tradicionais colônias formada por indivíduos desta nacionalidade e por seus descendentes. Esta colônia buscou organizar-se internamente, através da constituição de instituições, entidades, grupos ou atividades que congregassem seus membros, processo no qual a imprensa também exerceria importante papel, surgindo diversos pequenos periódicos representando aquele segmento da sociedade rio-grandina. Nas três últimas décadas do século XIX, o jornalismo da cidade do Rio Grande encontrava-se em franca expansão, passando por sua fase de maior desenvolvimento, circulando desde os diversos jornais diários até os representantes de uma pequena imprensa. Nesta última, incluíram-se noticiosos, pasquins, folhas literárias, semanários caricatos e periódicos político-partidários, além de uma série de jornais que serviram para representar determinados setores da comunidade rio-grandina, como militares, abolicionistas, produtores rurais, trabalhadores, religiosos e maçons, inserindo-se neste grupo o jornalismo entabulado pelos componentes da colônia portuguesa¹⁴.

Estes periódicos oriundos da colônia portuguesa tinham por objetivo informar aos portugueses e seus descendentes sobre os acontecimentos de sua terra de origem, bem como criar mais um instrumento que permitisse uma certa unidade do grupo, visando destacar os interesses, tradições e laços culturais em comum. Estes jornais circularam desde o final da década de setenta até os primeiros anos do século XX, vindo a público folhas como *O Lusitano* (1878), *o Echo Lusitano* (1882-1887), *a União Portuguesa* (1894), *Pro Patria* (1898), *A Razão* (1901) e *A Gazeta Portuguesa* (1903-1904)¹⁵. Estas publicações envolvi-

¹⁴ Sobre o conjunto da pequena imprensa rio-grandina, observar: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

¹⁵ Os períodos de existência destes jornais são apontados por: BARRETO, Abeillard. *A imprensa do Rio Grande no tempo do Império*. Rio Grande, 27 jun. 1935. p. 4-5. OLIVEIRA, João de. *Estatística dos jornais que se têm publi-*

am desde jornais com proposta de circulação diária, passando pelos semanários, até as folhas comemorativas, em geral caracterizadas pela edição de um número único. Através do padrão editorial, informações e opiniões expressas por esta imprensa, torna-se possível observar alguns fragmentos das vivências cotidianas e das relações sociais, econômicas e político-ideológicas da população portuguesa que, no seu conjunto, integraram o intento de garantir a manutenção de uma identidade entre seus membros¹⁶.

As matérias publicadas nestes jornais já revelavam seus objetivos editoriais de atender a comunidade de origem portuguesa, sendo editados títulos e seções como no *Lusitano* - "Os agentes insulares", "Ministério Português", "Independência açoriana", "A nomeação do cônsul português em Pelotas"; ou ainda as "Cartas de Portugal", divulgadas pela *Razão*. Outro exemplo deste norte editorial voltado à população lusa foi expresso pela *Gazeta Portuguesa* que pretendia trazer as "notícias o mais recente possíveis" e dar aos "amáveis patrícios leitura agradável", dedicando-se o jornal a prestar informações exclusivamente sobre Portugal, não aparecendo nenhum tipo de noticiário local, publicando as matérias "As campanhas da África - a bravura do soldado português", levantamento histórico sobre as conquistas portuguesas naquele continente; "Eça de Queiróz", homenagem ao escritor português; "Notícias das províncias", informações sobre cada uma das províncias portuguesas, discriminadamente; "Folhetim", com a parte literária; e até mesmo a seção "Falecimentos", na qual noticiava os falecidos em Portugal. Neste sentido, o mesmo periódico justificava o motivo de uma publicação destinada aos por-

cado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896. p. 231-9. SPALDING, Walter. *Exposição do Centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935.

¹⁶ Destes elementos constitutivos da comunidade de origem portuguesa que vivia no Rio Grande, nesta época, só foi possível levantar alguns "fragmentos", tendo em vista o pequeno número de exemplares remanescentes de cada um dos periódicos. Assim, do *Lusitano* foram encontrados apenas dois exemplares (15/4 e 9/9/1878), do *Echo Lusitano*, um exemplar (1/12/1883), da *União Portuguesa*, um exemplar (24/6/1894), do *Pro Patria*, o seu número único (20/5/1898), da *Razão*, um exemplar (16/7/1901) e da *Gazeta Portuguesa*, quatro exemplares (17/12/1903, 14/1, 11/2 e 18/2/1904).

tugueses: “Em consequência de ser grande a colônia portuguesa neste Estado, e (...) não existir aqui uma folha de caráter português, resolvi publicar a *Gazeta Portuguesa* (...) para vos servir de interesse e vos elucidar dos mais recentes sucessos de importância ocorridos em Portugal”¹⁷.

Assim, o jornalismo promovido pela colônia portuguesa da cidade do Rio Grande traduzia alguns dos anseios, hábitos, costumes e visões de mundo desta população, revelando sua preocupação em manter uma certa identidade ligada a suas raízes nacionais. Apesar das amplas diferenças entre os portugueses e os imigrantes de outras nacionalidades presentes no Brasil daquela época – mormente tendo em vista os laços históricos da relações Colônia-Metrópole, além da língua e da religião em comum –, as ações da comunidade lusa daquele momento, expressas através da sua imprensa, traduziam aquela intenção de, se não sustentar abertamente a diferenciação, ao menos deixar em evidência a identidade de origem daquela população e suas ligações ainda latentes com a “Pátria-Mãe”. Deste modo, na passagem do século XIX ao XX, a comunidade portuguesa no Rio Grande expressou através da palavra escrita este intento de garantir uma identificação maior entre seus membros¹⁸. A construção da imagem do

¹⁷ A GAZETA PORTUGUESA. Rio Grande, 17 de dezembro de 1903.

¹⁸ Por analogia, esta intenção da colônia portuguesa rio-grandina de criar certos laços de identidade, estão de acordo com a proposta de Giralda Seyferth, em seu trabalho sobre imigração e cultura, no qual a autora afirma: “De fato, é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias (...) aparecem como divulgadoras dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes. e transmitidos de uma geração a outra. A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, da igreja, das associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Essas instituições formais serviram como veiculadoras e perpetuadoras da *etnicidade* desses grupos, tanto no Sul quanto em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. (...) A divulgação da ideologia étnica da maioria dos grupos de imigrantes (...) teve sua expressão máxima na imprensa e outras publicações (...). A ideologia étnica transmitida através dos jornais, da literatura, dos almanaques, que surgiram no âmbito desses grupos, reforçava principalmente o apego à língua materna e aos valores culturais de origem. Os grupos étnicos se constituíram quase todos sobre essas premissas básicas, mas, apesar da assimilação e da integração à sociedade brasileira, mantêm algum grau de diferenciação e identificação.” SEYFERTH. p. 82 e 84-6. Ainda que para os portugueses estes “valores étnicos” se encontrassem em grande similitude para com os brasileiros, estes colonos não deixaram de expressar, a sua maneira, seus intentos de garantir sua identidade.

português como o “colono ideal” para o Brasil, o espírito de associação e assistencialismo, as reações diante das manifestações lusófonas e as comemorações, o patriotismo e o interesse em enaltecer o grande valor da “civilização” lusitana, foram alguns dos fragmentos daquela busca pela identidade, detectáveis nas páginas dos jornais ligados à colônia portuguesa.

Figura 1 – Alguns dos jornais da colônia portuguesa que circularam na cidade do Rio Grande na virada do século XIX



O "colono ideal"

Apesar de buscar estabelecer alguns elementos que garantissem a manutenção de suas identidades de origem, os responsáveis pelos jornais da comunidade portuguesa, visando uma melhor aceitação de parte da sociedade que os acolhia, não deixaram de intentar a criação de uma visão pela qual a colonização lusa seria a ideal e a que melhores frutos poderia render para o Brasil. Em nome dos antigos laços que uniram o Brasil à Portugal, tanto no Período Colonial quanto após a independência e a formação do Estado Nacional Brasileiro, destacava-se a imigração portuguesa como a mais proveitosa e menos onerosa para o país, tendo em vista as poucas dificuldades de adaptação que os colonos lusitanos teriam em seu novo lar. Além disto, estes periódicos tiveram por objetivo cristalizar a asserção de que Brasil e Portugal representavam mercados intercomplementares e que, portanto, o incremento das relações comerciais trariam excelentes resultados para ambos os lados.

Em comparação com as demais levas de imigrantes que se deslocavam para o Brasil, as folhas ligadas à colônia portuguesa argumentavam que os portugueses representariam o escopo destes novos mananciais de mão-de-obra, tanto para as atividades urbanas quanto rurais, além do que esta imigração não carecia do incentivo oficial, já que a mesma era "natural", tendo em vista as "raízes" históricas que ligavam os dois países. Afirmava-se, neste sentido, que era, "na realidade, muito considerável o número de portugueses que vivem neste Império e trabalham em variadas profissões", uma vez que, "a imigração portuguesa é a que aflui mais contínua e em mais larga escala, não engajada e contratada como a dos alemães, austríacos e italianos, que têm vindo para as províncias do sul, mas livre, espontânea e trazida unicamente pelas relações de parentes e amigos e maridos, pelo desejo de mais próspera sorte"¹⁹.

A imprensa da comunidade portuguesa rio-grandina, a respeito do intercâmbio comercial luso-brasileiro, destacava que "devemos procurar por todas as formas, promover e animar o desenvolvimento das relações mercantis entre Portugal e o Brasil, porque reconhecemos no mercado brasileiro os mais favoráveis elementos para a colocação dos produtos portugueses". Através de uma série de dados estatísticos, buscava-se demonstrar as vantagens mútuas na manutenção e ampliação do comércio entre ambos, devendo todos preocupa-

¹⁹ O LUSITANO. Rio Grande, 15 de abril de 1878.

rem-se, "sem cessar, com o desenvolvimento das nossas relações comerciais com o Brasil, procurando aproveitar, por todas as formas, os valiosos elementos de que ali podemos dispor". Desta maneira, concluía-se que "tudo quanto possa estreitar os laços entre essas duas nações, ligadas por tantas tradições e tão valiosos interesses, representará um grande serviço feito a uma e a outra"²⁰.

Associação e assistencialismo

A fuga da penúria em Portugal, na busca de maiores oportunidades de vida e de construir riqueza no Brasil, foi um intento que não se tornaria realidade para muitos dos imigrantes que para este país se deslocavam. A chegada dos portugueses em terras brasileiras nem sempre era coroada de êxito e, muitos deles, tiveram de passar por amplas dificuldades, até encontrar, ou não, melhores condições de sobrevivência e ocupações que lhes garantissem o bem estar próprio e de suas famílias, de modo que a criação de associações e a prestação de assistência foram algumas das modalidades desenvolvidas pela colônia portuguesa para resolver aqueles problemas. Neste sentido, as folhas rio-grandinas ligadas a esta colônia, explicavam que, vindo para o novo lar, "lutam os portugueses, mais do que uma vez, com extraordinárias dificuldades", pois, "umas vezes não encontram fácil e prontamente trabalho do que possam obter honesta subsistência; outros, a doença acomete-os logo após a sua chegada ou os faz desembarcar já enfermos e inábeis para trabalhar"; enquanto que "outros, depois de alguns anos de incessante labutar vêm-se imprevista e repentinamente reduzidos às mais deploráveis condições"²¹.

Para solucionar os problemas destes desprotegidos e mal-aventurados imigrantes, era que "em todas as cidades principais do Brasil a filantropia dos portugueses instituiu associações de beneficência e estabelecimentos de caridade, onde os recém-chegados e desvalidos encontram amparo, auxílio e proteção". A partir desta noção de associação e assistência, criaram-se "notáveis estabelecimentos de caridade", nos quais "se revela de modo evidente e realmente admirável a mais generosa dedicação em socorrer os nossos compatriotas",

²⁰ A GAZETA PORTUGUESA. Rio Grande, 11 de fevereiro de 1904.

²¹ O LUSITANO. Rio Grande, 15 de abril de 1878.

prestando socorro principalmente “nos períodos de recrudescência”, quando se fazia “perigar a vida dos que vêm em busca de trabalho mais prometedor, e na esperança de alcançarem a fortuna”. A imprensa da comunidade lusitana reclamava ainda da falta de apoio oficial do governo português, o qual não concedia “aos seus agentes meios de socorrer os seus súditos quando eles se vêm a braços com a indigência”²².

Diante deste quadro de pobreza e falta de oportunidades para muitos dos imigrantes portugueses, a carência de apoio governamental acabava, segundo os jornais rio-grandinos, sendo substituída pelo assistencialismo das associações de beneficência, nos estatutos das quais estava “consagrado o honroso dever de prestar socorros e amparos aos nossos compatriotas, quando a doença os torne incapazes de trabalhar”; ficando também determinado “que se diligencie empregar os portugueses que estiverem sem ocupação e se conceda auxílio aos que a doença forçar a regressar aos país natal”²³. Este espírito de associação levou a comunidade lusa da cidade do Rio Grande a ter participação decisiva na criação de uma série de entidades que se transformariam em verdadeiras instituições rio-grandinas, mormente ligadas à saúde e assistência, à cultura e às atividades comerciais, como a Santa Casa, a Beneficência Portuguesa, o Gabinete de Leitura, que viria a ser a Biblioteca Rio-Grandense, a Câmara do Comércio, o Clube do Comércio e a Sociedade União Comercial dos Varejistas²⁴.

²² O LUSITANO. Rio Grande, 15 de abril de 1878.

²³ O LUSITANO. Rio Grande, 15 de abril de 1878. Este jornal refletia em suas páginas um momento no qual a criação daquelas sociedades ainda estava em afirmação, pois denunciava que, apesar das previsões estatutárias determinando a assistência, “a prática, infelizmente, não tem sido conforme com aquelas disposições. Muitos e numerosos casos se têm dado de patrícios nossos que (...) se viram reduzidos à miséria” os quais tiveram “necessidade de estender a mão à caridade pública”. A folha exigia providências e exclamava: “É uma vergonha isto, tanto maior que em todas as associações portuguesas de caridade, nos outros lugares deste Império, se prodigaliza o mais eficaz e generoso socorro a todos os necessitados, nossos patrícios, quer eles sejam, quer não sejam membros dessas sociedades. Urge, por dignidade e conveniência, dar-lhe remédio tanto quanto possa razoavelmente ser e empregar todos os esforços para que se cumpra o que está determinado”.

²⁴ LAYTANO. p. 151-2.

Reações diante da lusofobia

Nos primeiros anos da República a comunidade de origem portuguesa sofreria uma série de reveses, tendo em vista as transformações e a instabilidade política vividas pelo Brasil à época da mudança na forma de governo, além disso, as autoridades governamentais dariam um novo tratamento à questão da colonização e aos estrangeiros residentes no país, numa deliberada intenção de homogeneizar o diferente²⁵. Os imigrantes lusitanos seriam diretamente atingidos pelo ideário do jacobinismo, movimento político que orientou seu pensamento a partir de um nacionalismo que elegeu o português como o inimigo natural da recém-proclamada República Brasileira. As idéias nacionalistas dos jacobinos eram orientadas por um nativismo contrário aos "estrangeiros ruins", traduzido numa declarada lusofobia, de modo que "um feroz e exclusivista nacionalismo étnico permeou as palavras e ações dessa corrente política nos primeiros anos da República". Neste sentido, os lusos eram condenados pelo jacobinismo "não somente pelo alto preço dos aluguéis, como por ter trazido a escravidão para o Brasil, por tentarem a queda do governo republicano, pela queda da taxa de câmbio, pela prostituição no Rio de Janeiro", constituindo-se, enfim, no "grande obstáculo ao desenvolvimento e à prosperidade nacionais"²⁶.

As idéias e práticas lusófbas perpassariam ao conjunto da sociedade brasileira e influenciaram direta/indiretamente nas relações e formas de tratamento para com os portugueses. Deste modo, "as tensões sociais explodem então de forma violenta, causando um sentimento de indignação generalizada contra Portugal, acusado de proteger e até financiar o movimento restaurador", materializando-se "num antilusitanismo, estimulado quer por certos órgãos da imprensa diária privada, porta-vozes de setores mais radicais, quer também pela imprensa oficial que, se não apoia abertamente, na prática não o condena". Assim, "os portugueses independentemente das opções

²⁵ Segundo Giralda Seyferth, "com a República, uma nova legislação imigratória entrou em vigor, e o governo, entidade onipresente nas áreas coloniais, passou a interferir diretamente sobre as instituições comunitárias e a cultura 'tradicional' dos colonos". SEYFERTH. p. 82.

²⁶ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 99-100 e 103-104.

políticas e ideológicas, passam a ser considerados, em bloco, como inimigos da República e do povo brasileiro, dado suas arraigadas convicções monárquicas²⁷. O alarde jacobino encontraria eco e a imagem do “português inimigo” se proliferaria, trazendo inevitáveis e, às vezes drásticas, conseqüências para a colônia lusa, situação que tenderia a piorar ainda mais, a partir da ruptura diplomática entre Brasil e Portugal, em 1894, tendo em vista o asilo político de rebeldes brasileiros em naus portuguesas²⁸.

Na cidade do Rio Grande, este fenômeno também se faria presente e a imprensa da colônia portuguesa manifestaria os anseios e temores da população de origem lusa. A *União Portuguesa* buscou apresentar os fatos de acordo com a visão lusitana para os acontecimentos que levaram ao rompimento de relações do Brasil para com Portugal, transcrevendo uma série de documentos governamentais lusitanos. O jornal publicava declarações pelas quais se colocava “ao lado do governo português”, procedendo assim, “não por um banal sentimento de patriotismo, mas por reconhecer que o governo procurou na questão dos refugiados brasileiros, criar ao país uma posição correta e simpática aos olhos das nações”, uma vez que “os intuitos do governo português não podem ser nem mais explícitos, nem mais corretos”. De acordo com esta perspectiva, a folha declarava ainda a respeito da imprensa portuguesa, que “todos os jornais do país tratam do rompimento das relações diplomáticas com o Brasil e, na sua maioria, afirmam a correção do governo português constatada nos docu-

²⁷ SILVA, Maria Manuela. Ser português na República Velha: relações, conflitos e apropriações de identidade (1890/1900). In: *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 309.

²⁸ A ruptura Brasil – Portugal refletia o momento político que vivia o país internamente, agitado pelos radicais jacobinos – base de apoio popular ao Presidente Floriano e ferrenhos propagadores de idéias antilusitanas – e com a presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de nacionalidade portuguesa, alguns dos quais apoiaram os movimentos rebeldes que assolaram a nova forma de governo. (...) Finalmente, o rompimento Brasil – Portugal traduzia também as novas tendências da política exterior brasileira, segundo as quais o país deveria voltar-se em direção à América, afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole. ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil – Portugal à época da Revolta da Armada. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998. v. 24. n. 2. p. 246 (sobre a conjuntura do rompimento, ver, no mesmo trabalho, p. 231-46).

mentos por ele publicados"²⁹.

Para a folha da colônia portuguesa, toda aquela documentação demonstrava "que o nosso governo procurou sempre manter a mais estrita neutralidade, de harmonia com o procedimento das outras nações". Diante desta "consciência tranqüila" para com os fatos que levaram à ruptura, o jornal explicava a sua não compreensão para com o tratamento dado aos lusitanos no país e noticiava as dificuldades que estariam passando estes imigrantes no Brasil, como ao divulgar o telegrama: "Colônia comovida. Alguns partiram imediatamente". A respeito desta fuga dos portugueses, diante de possíveis e/ou concretas perseguições, destacava que "o Governo de Lisboa já deu instruções para o Rio de Janeiro, no sentido de serem facilitados todos os meios para a repatriação aos súditos portugueses, residentes no Brasil, que, por estarem em circunstâncias precárias, não possam por esse motivo, realizar o desejo de regressar à Portugal", de maneira que, "já chegaram à Lisboa alguns súditos portugueses repatriados pelo cônsul português no Rio" e "o governador civil daquele distrito concedeu-lhes passagem gratuita para as terras das suas naturalidades"³⁰.

A comunidade lusa rio-grandina, expressava através de sua imprensa, o pesar pelos rumos que haviam tomado os acontecimentos e manifestava seu desejo de um pronto restabelecimento das relações luso-brasileiras. Destacava, deste modo, que, "efetivamente seria deplorável que duas nações que se prezam e estimam fraternalmente, fizessem supor ao mundo que as separa um destes ódios seculares, que só se apaga numa luta sangrenta". Explicava ainda que, "em Portugal, a animosidade que existe contra o Brasil é o desejo de que ele prospere e se engrandeça, gozando a paz e a felicidade de que é digno, quaisquer que sejam as instituições que o rejam". Asseverava também que, "se, por ventura, houve alguma intriga ou mal-entendido que nos malquistaram, tudo isso é espuma efervescente e mentirosa que desaparecerá perante a evidência da verdade", mas reforçava seu ponto de vista, argumentando, mais uma vez que "está demonstrado que o governo português recomendou sempre, em todos

²⁹ A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894.

³⁰ A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894.

os casos, a mais estrita neutralidade”³¹.

Assim, o jornalismo ligado à colônia portuguesa explicava a complexidade e os melindres que cercavam aquele momento, destacando as dificuldades que demarcavam a publicação de notícias sobre aqueles fatos. Afirmava que “a situação é tão delicada que nos parece inoportuno por enquanto fazer qualquer observação, limitando-nos a informar os nossos leitores de tudo o que se for passando”, já que “o sentimento patriótico dever ser superior a sugestões de qualquer natureza”. E confirmava que “o desejo de todos os portugueses é que se mantenham as mais cordiais relações com o Brasil, não tendo havido motivo para que ele deixasse de ser a nação irmã por excelência”. Numa época que já prenunciava a crescente pressão que sofreriam os imigrantes quanto a um abandono de suas identidades étnico-culturais, a população de origem portuguesa denunciaria este tratamento e mais uma vez se utilizaria das páginas de suas publicações para defender os interesses dessa coletividade.

Comemorações e patriotismo

A busca da manutenção de uma identidade ligada ao país de origem foi também manifestada através do culto da colônia portuguesa para algumas das datas cívicas da nação portuguesa. Na época dos festejos nacionais, a comunidade lusa promovia uma série de atividades e os jornais a ela ligados publicavam textos de exortação aos “feitos heróicos” da “civilização portuguesa”, ou ainda lançavam-se publicações de número único, com o objetivo de divulgar e enaltecer os eventos em comemoração. Este verdadeiro culto à pátria, no qual se inseria um constante rememorar das tradições e da história do povo português, servia para manter firmes os laços de união à Portugal e de coesão entre os imigrantes e seus descendentes. Dentre as comemorações detectadas na imprensa rio-grandina ligada à colônia lusitana, tiveram especial destaque as edições que festejaram os aniversários da Restauração Portuguesa e da conclusão da empreitada de Vasco da Gama em direção às Índias.

O *Echo Lusitano*, em dezembro de 1883 foi para as ruas sob os auspícios da “comemoração do 243º aniversário da gloriosa Restauração de Portugal”. Tratava-se de uma publicação que comemorava o aniversário do final da União Ibérica, ou do período de “Domínio Espanhol” sobre Portugal, ocorrido em 1640, quando o país resgatou

³¹ A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 de junho de 1894.

sua autonomia, através da restauração de um soberano português ao trono, iniciando-se a Dinastia de Bragança; e o jornal rio-grandino recontava, com profunda fé patriótica, cada um dos episódios que marcaram esse evento. Foi, assim, uma edição contendo diversos textos em prosa e verso, de autoria de alguns dos "intelectuais", daquele momento, enaltecendo a "civilização" portuguesa e aquela data. Deste modo, foram publicados textos, como "Primeiro de dezembro de 1640", "1640", "Memorável data", "Conjuração Portuguesa", "Restauração de Portugal" e "Salve data gloriosa", todos girando em torno do mesmo assunto - a emancipação portuguesa e a valorização dos "feitos" da nação lusitana.

Dentre os diversos pronunciamentos, afirmava-se que "a data de hoje constitui uma dessas epopéias, um desses acontecimentos que se assinalam, a maior parte das vezes, trazendo poderosas quantias ao futuro político e intelectual das nações, alimentando as esperanças que acompanham os lutadores engrandecidos em generosos e heróicos princípios"; e proclamava-se "honra aos bravos de 1640". Manifestava-se também a admiração para com Portugal e, "ao correr as páginas de sua história, o lance o mais brilhante de seus feitos gloriosos". Explicava-se ainda que "o aniversário do 1º de dezembro de 1640 é um dia de gratas recordações para todos aqueles que, como nós, pugnamos pela propaganda da liberdade", já que, àquela época, "a opressão matava a seiva dos nobres cometimentos e Portugal caminhava para a sua ruína", quando, naquela data, "ouve-se um grande alarido que, abalando Castela, vinha firmar a reconstrução da nação portuguesa". A busca pela união da comunidade lusa em torno daquela comemoração pode ser observada a partir da declaração: "a mocidade lusitana residente na terra dos Palmares, prestando homenagem de admiração à data que simboliza a restauração política da terra dos Sanchos e Dinizes, cumpre só um dever sagrado"³².

A colônia portuguesa ainda organizou, no Rio Grande, o *Pro Patria*, publicado a 20 de maio de 1898. Tratava-se de um "número único comemorativo do 4º Centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia", tendo na primeira página um retrato de Vasco da Gama e um trecho dos *Lusíadas*: "Vasco da Gama, o forte capitão/

³² ECHO LUSITANO. Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

Que a tamanha empresa se oferece/ De soberbo e altivo coração/ A quem a fortuna sempre favorece". Compunha-se de diversos textos que glorificavam aquela data e os "valores e feitos" do povo português, realizados por diversos autores, representando a "intelectualidade" local do momento. Assim, apareciam textos como "Ao legendário povo português", "A epopéia marítima lusitana", "Vasco da Gama na história do mundo e na história da pátria", "Portugal no século XV", "Os portugueses do passado e do presente", "Portugal e seus heróis", "A grande descoberta", "Salve", "Glória" e "À Portugal"; num misto de levantamento histórico e enaltecimento cívico.

A publicação destacava ainda o "Programa das festas a realizar, na cidade do Rio Grande, República dos Estados Unidos do Brasil, pela colônia portuguesa, com espontânea e generosa adesão da sociedade brasileira e dos poderes públicos em comemoração do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo das Índias, pelo imortal navegador português Vasco da Gama", realizadas naquele mesmo 20 de maio, com salvas de tiros, missas, "suntuosas regatas", sessão solene literária e musical, além de "embandeiramento das ruas e músicas percorrendo a cidade e em três coretos". Noticiava também o envio de telegramas de felicitações à Portugal, emitidos por uma comissão executiva formada no intuito de organizar as comemorações. Dentre as odes de enaltecimento publicados pelos jornais, afirmava-se que "se Portugal não pudesse causar admiração geral pelos vultos gloriosos que tem mais recentemente produzido", bastaria "para merecer sempre um profundo respeito dos povos cultos, as memórias gloriosas daqueles reis antigos, daqueles apóstolos intrépidos", os quais "foram dilatando a fé e o Império, prodigalizando, com suas façanhas, um assunto grandioso e sublime" para que "Camões, o maior épico português, pudesse, em versos esplendorosos, cantar as glórias da sua pátria, apresentando à humanidade o mais soberbo dos poemas"³³.

Desta forma, estas publicações demonstravam a tradição da colônia portuguesa em cultivar as "heranças", os "feitos históricos" e as datas cívicas da "Pátria-Mãe", e, através desta, a intenção de manter um elo de ligação a mais na busca de unidade e integração como grupo organizado. Neste sentido, cada uma destas datas serviam para homenagens em prosa e verso, destacando as realizações do "brioso povo português", como nas seguintes estrofes: "Portugal terra de bra-

³³ PRO-PATRIA. Rio Grande, 20 de maio de 1898.

vos/ Pátria de heróis, de guerreiros/ Torrão de Alamadas, Ribeiros/
Solo de glórias brilhantes/ Berço de Cunhas, Coutinhos/ Vultos pos-
santes da história/ Que viverão na memória/ De pigmeus e gigan-
tes./ Permite que entre as coroas/ Entre os festões multicores/ As
palmas, louros, *victores*/ Que vão-te as plantas cair/ Em homenagem
ao dia/ Que te recorda altos feitos/ *Entrance* meus pobres preitos/
Salve passado e porvir"³⁴.

Identidade e assimilação

Assim, na virada do século XIX, na cidade do Rio Grande, a colônia portuguesa intentou garantir alguns laços de identidade que unissem seus membros como um grupo razoavelmente coeso e mantivessem uma ligação com a sua pátria de origem. A partir da República e nas décadas seguintes, esta identidade sofreria um processo de crescente desgaste, tendo em vista as constantes tendências assimilativas, no que tange à cultura dos imigrantes no Brasil. Nesta perspectiva, naquela época, a comunidade portuguesa manteve "alguma ligação com a cultura e sociedade de origem" apesar das "pressões no sentido da assimilação", as quais se tornariam cada vez mais incisivas, e guardou "alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos". As tentativas de "aculturação", "assimilação" ou "absorção" cultural não impediram "a persistência do componente étnico da identidade social" dos imigrantes e seus descendentes, "por mais que estes estejam integrados à nova sociedade", de modo que, "para a maioria deles, a identidade étnica é relevante, e indivíduos com a mesma origem tendem a formar grupos étnicos mais ou menos organizados"³⁵.

Esta busca pela manutenção de uma identidade, utilizando-se da imprensa para atingir esse objetivo, seria típica do período entre as décadas de setenta do século XIX e o primeiro decênio da centúria seguinte, já que, depois desta época, os jornais rio-grandinos ligados diretamente à colônia portuguesa tendem a perder espaço e desaparecer. Isto refletia o próprio incremento ao processo de assimilação cultural dos estrangeiros e seus descendentes, tendo em vista as cons-

³⁴ ECHO LUSITANO. Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

³⁵ SEYFERTH. p. 79.

tantes tendências nacionalistas que tomariam conta do cenário político nacional e que levaram em frente, e com veemência, o intento de eliminar os focos de diferenças culturais, as quais, segundo esta perspectiva, ao contrário, deveriam ser absorvidas e homogeneizadas no conjunto de um todo que representaria uma "cultura brasileira". Os imigrantes portugueses passariam por este "puro flagrante de abasileiramento"³⁶, ainda mais tendo em vista as notórias semelhanças entre estes e os brasileiros natos, com língua, religião e formação histórica em comum, o que tornaria aquele processo de assimilação a ser mais direto sobre os lusitanos e descendentes. Isto se verificaria com significativa intensidade no Rio Grande do Sul, onde tanto os meios intelectuais tradicionais, quanto os segmentos tradicionalistas, mais populares, elegeriam o elemento luso como o catalisador para legitimar e plasmar a identidade de um gaúcho, essencialmente rio-grandense e brasileiro, ou seja mais identificado com o nacional/regional, do que o com o estrangeiro.

Apesar, desta crescente tendência de assimilação/aculturação, o intento de garantir uma certa identidade cultural permaneceu³⁷, embora tenham mudado "os critérios usualmente empregados para marcar as identidades étnicas", os quais, se tornaram "mais simbólicos do que fundamentados numa diferenciação cultural real para muitos grupos"³⁸, em manifestações bem mais ligadas, por exemplo, ao folclore. Porém, naquela virada de século, era direta e objetivamente declarada esta intenção dos portugueses de garantirem sua identidade lusa. Desta maneira, os jornais publicados pelos membros da colônia portuguesa, na cidade do Rio Grande, serviram para aten-

³⁶ LAYTANO. p. 119.

³⁷ Como exemplo desta permanência, Giralda Seyferth destaca: "As associações recreativas e culturais, por mais que tenham sido modificadas, também permanecem, em muitos casos, como locais onde as identidades étnicas são atualizadas. O exemplo mais significativo é o das casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro (bem como em outras cidades brasileiras, inclusive no Rio Grande), que proporcionam não só o convívio entre pessoas de mesma origem, como procuram estimular as manifestações da cultura portuguesa, como forma de marcar simbolicamente a pertinência ao grupo étnico português. Apesar de a ideologia étnica exprimir certo grau de assimilacionismo, propondo a integração dos portugueses à sociedade brasileira, são também resguardados alguns elementos de identificação étnica, inclusive a identidade 'português' isto é, uma assimilação que não supõe a perda da identidade étnica e da cultura portuguesa". SEYFERTH. p. 92-3.

³⁸ SEYFERTH. p. 94.

der aos propósitos desse grupo, utilizando a imprensa como veículo de divulgação de seus intentos organizativos e assistencialistas e na defesa de seus interesses. Enaltecendo, através das folhas, o "valor" dos colonos originários de Portugal, os "feitos históricos" dos portugueses, as "heranças" da "civilização" portuguesa para o Brasil e para o mundo e as datas cívicas daquele país, bem como divulgando notícias sobre Portugal, os integrantes da colônia intentavam encontrar na memória coletiva e no saudosismo com relação à "Pátria-Mãe" o elo de ligação ideal para motivar e desenvolver o espírito de associação entre seus membros. O estudo destes jornais permite desvelar, ainda que de forma fragmentária, alguns dos detalhes que marcaram a construção destas identidades.